

Os pontos ainda em aberto

Um acerto completo do protocolo do acordo de médio prazo da dívida brasileira passará ainda pela definição, entre outras questões, do nível de vinculação entre este e o acordo a ser negociado com o FMI — Fundo Monetário Internacional. Até agora os banqueiros credores não condicionaram estritamente uma coisa à outra, apesar de manterem sua primeira proposta, apresentada há cerca de vinte dias, de que o FMI avalize as políticas adotadas pelo governo brasileiro.

O secretário de assuntos internacionais do Ministério da Fazenda, Sérgio Amaral, não está seguro de que os bancos credores não venham a bater pé firme na necessidade de vinculação, até o fechamento do protocolo, previsto para março. Mas ele acredita haver um "espaço para trabalho" entre as duas posições.

Precisam ainda ser definidos, para o fechamento do protocolo: 1) o prazo de reescalonamento do principal da dívida, que o governo brasileiro espera estender para além de 1990; 2) a forma de aplicação dos spreads (taxa de risco) de 0,8125 ao estoque da dívida. Falta definir se isso seria feito de uma só vez para todos os contratos, o que poderia reduzir a dívida de imediato em US\$ 500 a US\$ 600 milhões, ou através da redução a cada vencimento de contrato, com os ganhos sendo diluídos ao longo do período compreendido pelo acordo; 3) o montante exato da recomposição das linhas de crédito comercial de curto prazo (desde a moratória, elas caíram em US\$ 1 bilhão); 4) o valor do empréstimo-ponte que o Brasil quer, para pagar os juros a partir de março, e até o primeiro desembolso do acordo de médio prazo. Os juros de março serão pagos no fechamento do protocolo, mas a partir daí o governo brasileiro quer o empréstimo para fechar o "buraco" entre a conclusão do protocolo com o comitê de bancos, em março, e a assinatura do acordo final, possivelmente em julho, se tudo andar bem; 5) falta definir, por fim, os pontos "não ortodoxos" da proposta do ex-ministro Bresser Pereira, que ficaram em último plano na estratégia da nova equipe de negociadores. Aí se incluem a "securitização" da dívida e as chamadas salvaguardas contra futuras altas dos juros e do petróleo.